ZH ZERO HORA

Publicado em 04/05/2023 - 05:54

Operação da PF recolhe celular de Bolsonaro e prende ex-assessores

PF apura se cartão de vacina de Bolsonaro foi adulterado

Agentes apreenderam o celular do ex-presidente e prenderam pessoas ligadas a ele, incluindo o antigo ajudante de ordens

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

A Polícia Federal (PF) realizou buscas na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro na manhã de ontem, em Brasília. O celular de Bolsonaro foi apreendido e seis pessoas foram presas preventivamente no Distrito Federal e no Rio de Janeiro, incluindo o antigo ajudante de ordens do ex-chefe do Executivo, tenente-coronel Mauro Cid. A Operação Venire investiga um grupo suspeito de ter inserido dados falsos sobre vacinação contra a covid-19, dando status de imunizadas a pessoas que não tomaram as doses.

Além das seis prisões, os agentes cumpriram 16 mandados de busca e apreensão. Na casa de Mauro Cid, foram apreendidos US$ 35 mil e R$ 16 mil em espécie. O Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a autorizar que também fossem recolhidos o passaporte e armas de Bolsonaro. Mais tarde, o próprio STF informou que o documento não será apreendido. Armas não foram encontradas. O ex-presidente, que nega as irregularidades (*leia na página ao lado*), foi chamado para depor, mas decidiu se manifestar somente após a defesa ter acesso aos autos.

O esquema de adulteração de registros de vacina teria beneficiado Bolsonaro e sua filha de 12 anos, além de Cid, a esposa e filhas dele. As inserções teriam ocorrido, segundo comunicado divulgado pela PF, entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, e teriam permitido que pessoas emitissem certificados de vacinação e utilizassem os documentos para burlar "as restrições sanitárias vigentes impostas pelos poderes públicos (*Brasil e Estados Unidos*)".

EVARISTO SA, AFP

Policiais cumpriram 16 mandados de busca e apreensão ontem pela manhã

Bolsonaro fez três viagens aos Estados Unidos durante o período apontado pela investigação, uma delas para reunião bilateral com o presidente Joe Biden na 9ª Cúpula das Américas em junho do ano passado e outra para a Assembleia Geral da ONU, em setembro. Já no dia 30 de dezembro, antevéspera do fim do mandato, ele partiu para uma temporada de três meses na Flórida.

Relatório

Relatório da PF enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) sustenta que o certificado de vacinação supostamente falsificado foi emitido em nome de Bolsonaro em um computador localizado no Palácio do Planalto nos dias 22 e 27 de dezembro do ano passado, e por meio de um celular no dia 30 de dezembro. O computador e o telefone seriam utilizados por Mauro Cid.

A primeira emissão foi feita apenas um dia depois da inclusão fraudulenta das informações do ex-presidente no sistema informatizado. Uma quarta emissão ainda foi realizada no dia 30 de março deste ano.

A investigação também apura a posterior retirada desses dados do sistema de cadastro de vacinas. Uma das hipóteses é de que a remoção teria sido feita para o ex-presidente não ser flagrado em contradição, já que sempre negou ter se imunizado. Apurações preliminares indicam que a operação de apagamento dos registros teria sido feita pela prefeitura de Duque de Caxias (RJ), que tem gestão identificada com o bolsonarismo.

Segundo a PF, a retirada teria ficado a cargo da chefe da Central de Vacinação, Cláudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, no dia 27 de dezembro. Assim, pela análise das datas, duas emissões de certidão no nome de Bolsonaro teriam sido feitas mesmo depois da exclusão do banco de dados original.

Uma das hipóteses é de que as informações teriam sido colocadas de forma criminosa no sistema para serem validadas e usadas em viagens, e posteriormente apagadas.

Mensagens

A PF começou a desvendar o esquema após analisar mensagens no celular de Mauro Cid no âmbito da investigação das milícias digitais. No aparelho, havia um pedido para que registros falsos de imunização fossem inseridos no sistema da prefeitura de Duque de Caxias em favor dele e de sua esposa. Os policiais descobriram que a adulteração acabou sendo feita por Cláudia Helena – posteriormente, descobriram que a mesma servidora teria alterado os dados de Bolsonaro. A intermediação entre os integrantes do governo federal e os servidores da prefeitura seria feita pelo ex-vereador Marcello Siciliano (também citado na investigação do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco).

Quem é quem

OS PRESOS

- Tenente-coronel Mauro Cid Barbosa, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro
- Policial militar Max Guilherme, segurança de Bolsonaro
- Militar do Exército Sérgio Cordeiro, segurança de Bolsonaro
- Secretário de Governo de Duque de Caxias (RJ), João Carlos de Sousa Brecha
- Sargento do Exército Luís Marcos dos Reis, ex-integrante da equipe de Mauro Cid
- Ailton Gonçalves Moraes Barros, candidato a deputado estadual pelo PL-RJ em 2022

OS ALVOS DE BUSCA E APREENSÃO

- Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República
- Mauro Cesar Barbosa Cid, tenente-coronel, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro
- Gabriela Santiago Ribeiro Cid, esposa de Mauro Cid
- Gutemberg Reis de Oliveira, deputado federal pelo MDB-RJ
- Luís Marcos dos Reis, sargento do Exército, ex-integrante da equipe de Mauro Cid
- Farley Vinicius Alcântara, médico que teria envolvimento no esquema
- João Carlos de Sousa Brecha, secretário de Governo de Duque de Caxias (RJ)
- Max Guilherme Machado de Moura, segurança de Bolsonaro
- Sergio Rocha Cordeiro, segurança de Bolsonaro
- Marcelo Costa Câmara, assessor especial de Bolsonaro
- Eduardo Crespo Alves, militar
- Marcello Moraes Siciliano, ex-vereador do Rio
- Ailton Gonçalves Moraes Barros, candidato a deputado estadual pelo PL-RJ em 2022
- Camila Paulino Alves Soares, enfermeira da prefeitura de Duque de Caxias
- Claudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, servidora de Duque de Caxias
- Marcelo Fernandes de Holand

Moraes aponta indícios de "organização criminosa"

O ministro do STF Alexandre de Moraes retirou ontem à tarde o sigilo da decisão que autorizou a busca na residência de Bolsonaro.

Ao permitir a operação, Moraes considerou "plausível" e "robusta" a linha de investigação que considera possível Bolsonaro ter inserido informações falsas sobre vacinas para obter vantagens. Além disso, o ministro mencionou a possibilidade de ter sido criada uma "organização criminosa" que altera dados de vacinação.

O cartão emitido no Palácio do Planalto, segundo relatório da PF enviado a Moraes, indica que o ex-presidente teria recebido três doses da vacina contra a covid-19: uma Janssen e duas Pfizer – na data da primeira dose, em 13 de agosto do ano passado, o então presidente nem teria passado por Duque de Caxias, no Rio, local da suposta aplicação (*veja na página ao lado*).

O documento sustenta ainda que, pelas provas obtidas até o momento, Bolsonaro teria "plena ciência" da inserção dos dados falsos de vacinação em seu nome e de sua filha. Um dos argumentos é a emissão das certidões de imunização no interior do Planalto no mês de dezembro, quando ainda trabalhava no palácio como presidente.

Conforme afirmou Moraes, os indícios de delito são "significativos", e a suposta associação criminosa não somente teria buscado obter vantagens pessoais, mas também desacreditar o sistema de imunização do país.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Operação Venire

Copyright © Clipclap 2025.